

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável nas entrelinhas do agronegócio: Globo Rural Especial



Barbara Heller

*Doutora em Teoria e História Literária pela Unicamp
Docente do Programa de Pós-graduação
em Comunicação da Unip
E-mail: b.heller@terra.com.br*

Fátima Costa

*Mestre em Comunicação pela Unip
E-mail: fatcnascimento@uol.com.br*

Resumo: A Revista *Globo Rural* (Globo), em junho de 2010, publicou um encarte no qual as expressões “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” são empregadas em diversos artigos. Analisamos, por meio dos conceitos “intertextualidade explícita” e “intertextualidade implícita”, os enunciados verbais e não verbais em que elas comparecem e o posicionamento do enunciador. Concluímos que a noção de sustentabilidade, como sugere Dennis L. Meadows (1972), entre outros, é instável e gera discussões ambientais e sociais.

Palavras-chave: Revista *Globo Rural*, agronegócio, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, intertextualidade.

Sostenibilidad y desarrollo sostenible en la agroindustria: Globo Rural Especial

Resumen: La Revista *Globo Rural* (Globo), en junio de 2010, publicó un encarte en lo cual las expresiones “desarrollo sustentable” y “sustentabilidad” son empleadas en diversos artículos. Hemos analizado, por medio de los conceptos “intertextualidad explícita” e “intertextualidad implícita”, los enunciados verbales y no verbales en que ellas comparecen y el posicionamiento del enunciador. Concluí que la noción de sustentabilidad, como sugiere Dennis L. Meadows (1972), entre otros, es inestable y genera discusiones ambientales y sociales.

Palabras clave: Revista *Globo Rural*, agro negocio, sustentabilidad y desarrollo sustentable, intertextualidad.

Reading sustainability and sustainable development between the lines of agrobusiness: Globo Rural Especial

Abstract: The magazine *Revista Globo Rural* (Globo), in June 2010, published a supplement where the expressions “sustainable development” and “sustainability” are used in several articles. We analysed, by means of “explicit intertextuality” and “implicit intertextuality” concepts, the verbal and non-verbal enunciations in which they appear and the enunciator’s view. The notion of sustainability, as suggested for Dennis L. Meadows’ (1972), among others, is unstable and generates environmental and social discussions.

Keywords: *Globo Rural Magazine*, agribusiness, sustainability and sustainable development, intertextuality.

Sustentabilidade: eis o X da questão!

A abertura crescente do mercado internacional para os produtos do agronegócio brasileiro deixou o setor exposto às demandas e às pressões sociais e ambientais, entre outros fatores. À medida que o agronegócio brasileiro aumentou sua produtividade, passou a enfrentar o novo desafio: a sustentabilidade. Alguns pensadores apontam que a preocupação com a sustentabilidade surgiu, com grande repercussão, já na década de 1960, com a publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. Outro exemplo é a publicação, em 1968, pela Fundação do Clube de Roma, do relatório *Limites do Crescimento* (Meadows *et al.*, 1972), segundo o qual o homem degradou o meio ambiente a tal ponto que a situação se tornou irreversível.

Não sabemos o limite máximo preciso da capacidade de o globo absorver qualquer um dos tipos de poluição, tomado separadamen-

te, e muito menos a sua capacidade de absorver a combinação de todos os outros tipos. No entanto, sabemos que há um limite máximo; ele já foi ultrapassado em muitos meios ambientes locais. O caminho mais seguro para atingir globalmente esse limite máximo é aumentar exponencialmente tanto a população quanto as atividades poluidoras de cada pessoa (Meadows *et al.*, 1972:82).

O conceito de sustentabilidade, no entanto, entrou em cena apenas nos anos 1980, como consequência direta do resultado do trabalho da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), formada por governo e ONGs, conforme relatam Scotto, Carvalho e Guimarães:

A comissão foi criada pela Assembleia-Geral da ONU em 1983, em atendimento às resoluções da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano de 1972. [...] O documento *Our Common Future* foi publicado em 1987 na Inglaterra e nos EUA, pela Oxford University Press. No Brasil, foi publicado em 1988 pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, sob o título *Nosso Futuro Comum* (Scotto; Carvalho; Guimarães, 2010:8).

É importante destacar que no Brasil essas discussões demoraram mais a chegar e tiveram início durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92 ou Eco 92. Nessa ocasião foi redigido o documento Agenda 21, isto é, um compromisso internacional segundo o qual cada País repensa seu planejamento e soluções para problemas socioambientais.

O Protocolo de Kioto, no Japão, em 1997, determinou limites para as emissões de gases causadores do efeito estufa dos países ricos, e o Relatório Stern, que tratava dos efeitos das alterações climáticas na economia, em 2006, entre outros, definiu que “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” nada mais eram que criar condições econômicas de vida e a sobrevivência do planeta.

Em 2009, Copenhague abrigou a 15ª Conferência das Partes, também conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre

as Mudanças Climáticas, substituindo o Protocolo de Kioto.

Movimentos políticos contemporâneos também engrossaram a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O documentário *Uma verdade inconveniente* (2006), roteirizado por Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos, contrário à política ambiental de W. Bush (na presidência dos Estados Unidos de 2001 a 2009) apresenta, em linguagem simples e clara, as mudanças climáticas em todo o planeta Terra e suas nefastas consequências: tempestades, furacões, tufões, terremotos etc.

Como se pode depreender, não existe consenso nem sobre quando as expressões “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” começaram a entrar em vigor, nem sobre o que elas significam com exatidão. No entanto, não parece equivocado afirmar que o Relatório Brundtland (1991) foi um dos primeiros a apontar que meio ambiente e economia nunca devem se desassociar:

Os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável são, entre outros, os seguintes: retornar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia ao processo de tomadas de decisões (*Nosso Futuro Comum – Relatório Brundtland*, 1991:53).

Em 2007, Alier amplia essa discussão, quando afirma que quanto mais uma população enriquece, mais tende a consumir recursos naturais por pessoa por ano (2007:103) e que a “economia na sua totalidade” deve constar como pauta da ecologia:

A atenção está direcionada para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e também da agricultura moderna.

Essa segunda corrente do movimento ecologista se preocupa com a economia na sua totalidade (Alier, 2007:26).

Atualmente, as práticas que aliam desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente transformaram-se em sinônimo de competitividade no mercado empresarial. À medida que o meio ambiente ganha mais senso de urgência, novas regulamentações e novos critérios vão surgindo. Não é mais possível manter a gestão sem o comprometimento com temas relacionados à preservação, à redução do uso dos recursos naturais, ao consumo consciente e à garantia de melhores condições de vida e de trabalho.

Sustentabilidade, portanto, para qualquer atividade econômica, não se resume mais apenas à preservação da natureza, mas em:

[...] Investir em tecnologia e ciência [...] para que possamos chegar a um mundo com menos emissões de gases que provocam o efeito estufa. [...] Não há separação possível entre as agendas socioambiental, educacional e de ciência e tecnologia (Veiga, 2010:37).

Veiga aponta que o conceito no Brasil ganhou expressiva importância durante as eleições presidenciais em 2010, ao longo das quais os candidatos tiveram de responder às inquietações advindas pelo fato de o Brasil liderar a lista das nações com sete grandes biomas em seu território: Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Zona Costeira e Pampa.

Além da sustentabilidade ambiental, existem a social e a econômica, mas nosso foco recairá sobre a primeira e na maneira pela qual ela é representada em nosso corpus – a edição especial de junho de 2010 da *Revista Globo Rural* – e os seus assuntos direcionados ao agronegócio, tido e havido como o grande vilão da preservação do meio ambiente.

A acusação a esse setor deve-se, entre vários fatores, ao desmatamento de grandes áreas, seja para o plantio de diferentes grãos, seja para a pastagem de gado bovino, responsabilizado

como um dos principais agentes do aquecimento global. No entanto, como o agronegócio também é impulsionador da economia, é impossível evitar conflitos ambientais.

Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável – intertextualidades explícitas e implícitas na *Globo Rural Especial*



Imagem 1 – Encarte especial da *Revista Globo Rural* – edição de junho de 2010

A intertextualidade explícita, conforme Koch e Elias:

Ocorre quando há citação da fonte do intertexto, como acontece nos discursos relatados, nas citações e referências; nos resumos, resenhas e traduções; nas retomadas de textos de parceiro para encadear sobre ele ou questioná-lo na conversação (2007:87).

A intertextualidade implícita, conforme Koch e Elias:

Ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto [...]. Nesse caso, exige-se do leitor uma busca na memória para a identificação do intertexto e dos objetivos do produtor do texto ao inseri-lo no discurso (2007:92).

Na edição de junho de 2010 a *Revista Globo Rural* não trouxe no editorial temas relacionados à sustentabilidade, mas elaborou um encarte sobre o assunto para circular em um dos

maiores eventos da pecuária brasileira, a Feicorte (Feira Internacional da Cadeia Produtiva de Carne), realizada em São Paulo. Esse material recebeu o título de “Globo Rural Feicorte – Pecuária sustentável” e teve estampada na capa as seguintes chamadas: “A feira da cadeia produtiva de carne mostra como é possível criar gado de corte e respeitar o meio ambiente. E há bons exemplos até na Amazônia, onde um pecuarista tem lucro com o rebanho sem derrubar árvores” (Globo Rural, 2010:capa).

A palavra “sustentabilidade”, que comparece de forma explícita no título, qualificando a pecuária, está oculta nos enunciados imediatamente seguintes, ativando, por assim dizer, a capacidade de associação do leitor. Ou seja, se a pecuária é sustentável, tudo o que vem escrito logo depois também o é. Trata-se de uma espécie de discurso em que se reconhece uma “ação centrípeta”, isto é, uma voz que busca impor um sentido – “Pecuária sem derrubada de árvores é sustentável e lucrativa” – e reduzir as outras formas de sustentabilidade nessa mesma atividade econômica (Fiorin, 2008:82).

A capa ilustra uma vaca da raça nelore, origem do rebanho brasileiro e ainda o de maior contingente. Ao lado, um bezerro e, no fundo, um pasto verde. A ideia sugerida é mostrar a viabilidade de criação e reprodução dessa raça de vaca num ambiente indefinido. Segundo Buitoni (2011), apesar de não haver movimento na fotografia da capa, a ação do fotógrafo e a escolha do editor por essa imagem são pertinentes, pois é possível reconhecer a ação do homem:

O jornalismo tem uma natureza intrinsecamente narrativa, pois relata acontecimentos e ações de pessoas, animais e meio ambiente. Daí podemos inferir que uma foto que apresenta narratividade latente estará mais apta a fazer interface com o texto (Buitoni, 2011:58).

Nesse encarte de 38 páginas, apenas 12 delas (duas matérias de seis páginas cada uma) tratam da “sustentabilidade” tanto explícita quanto implicitamente. O explícito, como

já foi dito, revela-se na presença da palavra “sustentabilidade” sob o título “Feicorte”, repetida no interior do encarte, na margem superior esquerda da matéria intitulada “Tem boi na floresta”, como vemos na *Imagem 2*:



Imagem 2 – Edição especial de junho de 2010. Reportagem “Tem boi na floresta”

Nessa reportagem de Sebastião Nascimento, o pecuarista Mauro Lúcio Costa mostra que é possível investir em bovinos na região sem ameaçar as árvores – descreve em detalhes as mudanças do Código Florestal, as polêmicas geradas pelos ambientalistas e ruralistas, os novos programas de governo para incentivar a preservação do meio ambiente e, por fim, comenta o passado da atividade pecuária, considerada a principal vilã do meio ambiente.

Nessa edição da *Revista Globo Rural* o discurso persuasivo manifesta-se em defesa do setor agropecuário, em oposição à floresta (o meio ambiente), tensão representada no título “Tem boi na floresta”, acompanhado de uma fotografia de duas páginas.

Esse título é bastante sugestivo, uma vez que remete à expressão popular “Tem boi na linha”, usada para manifestar desprezo do enunciador quando alguém se intromete em um assunto, causando ruído, prejuízos, desconforto. Essa intertextualidade implícita encaminha a discussão sobre o Código Florestal, segundo o qual o pecuarista é obrigado a disponibilizar 80% da área para sua manutenção. Conforme a legenda da *Imagem 3*, que reproduz a enunciação do pecuarista Mauro Lúcio Costa, esse percentual é percebido como abusivo: “Uso 20% da área, mas o justo é 50%”.



Imagem 3 – Continuação da reportagem sobre: “Tem boi na floresta”. Na foto o pecuarista Mauro Lúcio Costa. Na legenda: Mauro Lúcio Costa: “Uso 20% de área, mas o justo é 50%”. **Imagem 4** – O retrato do rebanho no pasto. Legenda: Gado Nelore criado a pasto: manejo harmônico e maior lotação.

O personagem principal dessa reportagem se encontra no centro do pasto, vestido como um típico fazendeiro (cinturão, camisa listrada e chapéu), representa a voz dos donos do capital e do setor privado, que precisa atender às exigências legais:

Em março deste ano, o Ministério do Meio Ambiente excluiu a cidade [Paragominas] da lista negra dos maiores desmatadores, dando aval a um projeto pioneiro implantado por lá e intitulado **Município Verde**. “Essa decisão animou os fazendeiros e mostrou que vale a pena **produzir com responsabilidade**. Acelerou ainda o Cadastro Rural Ambiental e hoje 85% de nossas propriedades estão fazendo o levantamento da reserva legal e das Áreas de Preservação Permanentes, as APPs”, afirma o prefeito, Adnan Demachki (Nascimento, 2010:16).¹

[...] Eles debatem também que o Programa Boi Guardião, que começou a vigorar no início deste ano na região, está permitindo ao Ministério da Agricultura vigiar, por satélite, a derrubada de árvores. Estão no foco ainda os bons resultados de uma parceria entre o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Prefeitura de Paragominas, a Embrapa e o gover-

¹ Os grifos dessa citação e das demais da *Revista Globo Rural* são de nossa autoria para dar destaque aos termos que remetem aos conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”.

no do Estado que procura ensinar as boas práticas agropecuárias e ao mesmo tempo batalhar por crédito para **manter a mata em pé** [...] (Nascimento, 2010:16).

Destacamos nesse trecho as expressões que implicam a questão da sustentabilidade: “Município Verde”, “produzir com responsabilidade”, “Programa Boi Guardião” e “manter a mata em pé”. A *Revista Globo Rural*, ao buscar a compreensão das questões ambientais pelo leitor, mostra experiências já em andamento no campo, mas deixa implícita a oposição entre “Município Verde”, referindo-se às florestas (representadas pelo adjetivo “verde”) e “Boi Guardião”, referindo-se ao Ministério da Agricultura (representada pelo substantivo “boi” e à vigilância, representada pelo substantivo “guardião”). Trata-se de uma estratégia discursiva eficiente, uma vez que marca não só conflitos de interesses entre pecuaristas e defensores da sustentabilidade, mas também a necessidade de controle de organismos do governo que se revestem da missão de ensinar “boas práticas agropecuárias” e manter a “mata em pé”.

Essa reportagem explicita algumas ações em prol do meio ambiente e as tensões entre vozes ideologicamente opostas: a do capital (representado pela figura do pecuarista) e a do Estado (representado pelo Código Florestal, pelo Ministério da Agricultura, pela Embrapa, entre outros). É Brandão (2004:9) quem lembra que “a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes”.

Na página ao lado, encontramos a legenda (*Imagem 4*): “Gado Nelore criado a pasto: manejo harmônico e maior lotação”. Os bois estão situados em frente da única árvore, que representa o verde naquela imagem. No pasto, apenas há terra batida.

A imagem dos animais ocupa metade da página e a reportagem prossegue, com as seguintes informações do fazendeiro sobre suas ações em prol do meio ambiente:

[...] Em sua primeira fase, a Marupiara abrigou 600 animais. Hoje, o rebanho é de 2 mil cabeças em sistema de rodízio, o que fez a taxa de lotação triplicar e atingir quase 2,5 bois por hectare – a média brasileira é irrisória: menos de um bicho por hectare. “E olha que eu poderia colocar mais animais **sem derrubar uma árvore**”, diz o fazendeiro [...] (Nascimento, 2010:17).

A discussão ganha peso diante das pressões internacionais por carne de **área não desmatada**. O **manejo harmônico**, no entanto, demanda muito dinheiro, reclamam os pecuaristas (Nascimento, 2010:17).

Neste trecho, o fazendeiro aponta que poderia abrigar maior quantidade de animais, em um espaço ainda mais amplo, sem derrubar árvore alguma. No entanto, a imagem seguinte (*Imagem 5*), aponta uma contradição, pois mostra a parte da propriedade do fazendeiro em que árvores nativas foram replantadas. A legenda da foto “Mapa da mina: na propriedade de Mauro, há 152 piquetes agrupados em módulos batizados com nomes de árvores” confirma tal hipótese. Deve-se observar ainda que, como nesta imagem não há nenhuma cabeça de gado, mas apenas um campo vasto de pequenas árvores, o pecuarista parece estar protegido de críticas à sua maneira pouco sustentável de criar gado, uma vez que está invisível.



Imagem 5 – Continuação da reportagem “Tem boi na floresta”. Na legenda da foto: Mapa da mina: na propriedade de Mauro, há 152 piquetes agrupados em módulos batizados com nomes de árvores.

À medida que a matéria avança, parece defender ainda mais os interesses dos pecuaristas, pois revela suas queixas relativas ao alto custo do “manejo harmônico”, tão requisitado pelos órgãos de defesa ao meio ambiente.

O enunciado ao centro da página “O desmatamento da região foi incentivado pelo governo militar, que, sob o lema ‘integrar para não entregar’, pregava a ocupação indiscriminada em nome da soberania” retoma a ideia do incentivo do governo dos anos de 1970 aos pecuaristas que receberam a missão de abrir novas fronteiras.

Este é um dos enunciados mais explicitamente ideológicos dos até aqui analisados, uma vez que faz referência a um tipo de governo criticado pela sua violência (simbólica, política, social), para sugerir, implicitamente, os tempos atuais, mais democráticos e mais sustentáveis. Fernandes, um dos teóricos sobre os aspectos ideológicos e políticos dentro do discurso, afirma que eles:

Apresentam-se semanticamente relevantes, pois refletem, na interação entre os sujeitos, o lugar histórico-social de onde o discurso é produzido [...]. Nessa perspectiva, as relações de poder se constroem e as representações de poder confrontam e alteram-se, mudando, conseqüentemente o lugar de onde vozes produzem enunciações, de onde os discursos são produzidos. As relações de poder são preenchidas politicamente por ideologia e, em conformidade com as mudanças que sofrem, diferentes vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História (Fernandes, 2008:47).

As ocupações de terras são o tema seguinte desta longa reportagem. No segmento abaixo, Reinhold Stephanes, o então ministro da Agricultura (2007 a 2010), defende que o ministério punirá as propriedades que não respeitarem as regras em defesa ao meio ambiente, pois nada justifica a derrubada de uma árvore.

Stephanes explicou que o monitoramento via satélite representa uma barreira sólida contra o comércio de gado criado em propriedades que desmatam para fazer pasto. [...] Segundo ele, quando se constatar que uma propriedade avançou para **áreas desmatadas**, o ministério bloqueará a emissão de Guias de Trânsito Animal Eletrônicas (GTAs) para o pecuarista. “Não há razão econômica para **derrubar árvores no bioma** para produzir boi.” [...] Segundo o ex-ministro, a meta é o desmatamento zero [...] Carlos Xavier, presidente da Faepa, concorda: Temos de mostrar ao mundo nossa responsabilidade em relação aos recursos ambientais; **quem desmatar** não vai encontrar mercado para seus produtos (Nascimento, 2010:20).

O termo “sustentabilidade” aparece explicitamente na página seguinte:

Os agropecuaristas de Paragominas não se eximem dos erros do passado. Longe disso. Eles desmataram, e alguns ficaram ricos. Desejam, sim, explicar que eram movidos a financiamentos gordos e cobrados sistematicamente sobre quanto cortaram de mata. [...] Já para Mauro Lúcio, a ocupação a qualquer custo acabou abrindo uma chaga na floresta que não será curada. “Mas agora importa produzir com **sustentabilidade**” (Nascimento, 2010:21).



Imagem 6 – Continuação da Reportagem “Tem boi na Floresta”. Na foto: Pécisio Barros de Lima, pecuarista que produz boi na região Amazônica. Na legenda: Pécisio Lima faz integração lavoura-pecuária para recuperar áreas degradadas.

Segundo o pecuarista Mauro Lúcio de Castro Costa, a ocupação a qualquer custo, conforme incentivava o governo militar, abriu uma chaga na floresta, irreversível. No entanto, reconhece que a ordem atual é produzir com sustentabilidade e corrigir os erros do passado.

Em outras palavras, se a atividade pecuarista do passado é historicamente responsabilizada como a grande ameaça ao meio ambiente, agora, o que resta é salvar o que sobrou. Tal modulação do discurso corresponde à observação de Fernandes (2008:81), para quem “a condição social atribuída ao sujeito explicita diferentes formações discursivas”.

Enquanto o ministro representa a voz do setor público, a do pecuarista representa a do setor privado. Ambos manifestaram em seus enunciados não só suas posições sociais, como também reafirmaram suas identidades, conforme sugere Gregolin, quando escreve que a análise do discurso:

Procura acompanhar trajetos históricos de sentido materializado nas formas discursivas da mídia [...] redes de memórias que evidenciam as articulações entre práticas discursivas e a produção de identidades (Gregolin, 2007:13).

Na reportagem seguinte do encarte, o repórter Sebastião Nascimento assina o texto “Sim, é possível”, cujo subtítulo é: “Edição da Feicorte deste ano vai reunir o público em debates para demonstrar como produzir carne bovina com responsabilidade ambiental”. Como veremos adiante, a expressão “responsabilidade ambiental” foi substituída pelo substantivo “sustentabilidade” pelo diretor do Agrocentro, Décio Ribeiro Santos, uma voz também identificada com o setor privado e detentora de poder, graças aos seus empreendimentos bem sucedidos. Ele afirma que

a pecuária [é] **sustentável**. Sim, é possível. Este é o mote da Feicorte 2010. O presente, o futuro do agronegócio da carne, de antes da porteira à rede varejista, estão veiculados à **sustentabilidade**. E não há retorno, pois as exigências de se produzir em equi-

lívrio com o meio ambiente são mundiais [...] (Nascimento, 2010:22).

Em outro trecho, continua:

[...] Quem for à Feicorte ficará sabendo como fazendas, laboratórios, frigoríficos e supermercados já têm colocado em prática a **sustentabilidade**. Foi montando o chamado espaço **sustentável**, e em seu interior haverá demonstrações ao vivo que atestam que é, sim, possível conciliar produção de carne com responsabilidade social e ambiental [...] (Nascimento, 2010:22).

Vemos, portanto, que o diretor do Agrocentro, para se autopromover, não se priva de repetir, sem contextualizar, que a atividade pecuarista é um “espaço” específico do evento, no qual ele ocupa uma posição de destaque, são sustentáveis. A outra voz que reconhecemos é a do autor da matéria, que reforça a do diretor, sem sequer questioná-lo pelo emprego incerto do termo. Tal conduta permite inferir que a *Revista Globo Rural* não se preocupou em esclarecer para seus leitores o que caracterizam, em termos políticos, a pecuária sustentável e seus subprodutos:

O diretor do Agrocentro assegura que hoje a *sustentabilidade* é essencial para competir e atender o mercado. Mas a questão que se coloca para o pecuarista, diz Santos, é como conciliar todo esse potencial com responsabilidade e sucesso (Nascimento, 2010:22).

Na *Imagem 7* com o título “Sim, é possível”, recordamos o *slogan* da primeira campanha de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos “Yes, we can” (sim, nós podemos). O recurso de associar, ainda que indiretamente, a Feicorte à campanha de Obama, reforça sua importância, além de conferir certa leveza ao texto. A ideologia da campanha presidencial americana, portanto, acabou incorporada pelas vozes já mencionadas: a da *Revista Globo Rural* e a do diretor do Agrocentro. Acrescente-se, ainda, que o fato de a frase “Sim, é possível” não apresentar o complemento – é possível o quê? – estimula o leitor a prosseguir sua leitura para entender que é da “sustentabilidade” que se está falando. Cria-se, assim, um gancho narrativo, que prende a atenção do leitor.

A voz do diretor do Agrocentro é reforçada pela do presidente do Instituto para Agro-negócio Responsável, o zootecnista Ocimar Vilela, para quem a única maneira de o produtor perpetuar seu negócio é produzir de forma sustentável, que tem no modelo rural brasileiro seu melhor exemplo. Como se trata de um discurso tão vago quanto os demais já citados nesta reportagem, concordamos com Abreu (2006:131), para quem “os discursos ambientais são estruturados a partir de clichês porque omitem suas diferenças estratégicas e políticas, caindo num ‘vazio’”.



Imagem 7 – Encarte da *Revista Globo Rural*, edição junho de 2010 – Reportagem “Sim, é possível”.

Imagem 8 – (à direita) na legenda da foto: O Brasil pode elevar sua produção de carne bovina sem acarretar danos a biomas como o Pantanal (foto) e a Amazônia.



Imagem 9 – Continuação da reportagem “Sim, é possível”. Na legenda da foto: Os Aspectos ambientais da criação já são avaliados pelo comércio internacional.

Na *Imagem 8* há uma relação falsamente harmoniosa entre bois no Pantanal e um jacaré, seu predador, que observa o rebanho. Separando as duas espécies animais, um rio.

A imagem ocupou uma página inteira e apresenta narratividade, tanto pelo o que ela mostra, quanto pelo o que deixou de fora. Para Buitoni (2011:58): “por mais que a fotografia seja um recorte, há uma presença implícita da cena que ficou fora do quadro.”

Neste cenário fotográfico, jacarés, bois e um pássaro sobrevoando parecem conviver numa relação de equilíbrio, em que não há predadores, sejam animais, sejam humanos — o maior deles. A legenda reforça esta ideia, quando expressa que “o Brasil pode elevar sua produção sem acarretar danos a biomas como o Pantanal e a Amazônia”. Pergunta-se: como é possível “aumentar” a produção sem a interferência do homem?

Na página seguinte, a reportagem segue:

De acordo com o presidente do Instituto para o Agronegócio Responsável, o zootecnista Ocimar Vilela, quem atua nesse setor tem o compromisso de preservar os recursos naturais, visando a qualidade de vida das próximas gerações. “Produzir de forma **sustentável** é a única maneira que o produtor tem de perpetuar seu negócio, além de se posicionar de maneira estratégica para ganhar cada dia mais o exigente mercado” diz (Nascimento, 2010:23-24).

Um ponto alto na programação da Feicorte 2010 é o Congresso de Pecuária Sustentável, que tem organização da associação dos profissionais de pecuária sustentável (APPS). Segundo Rodrigo Paniago, presidente da entidade, o objetivo principal do congresso é desmitificar a criação de bovinos como vilã no processo de degradação ambiental e mostrar que a atividade, se manejada corretamente, prescinde de desmatamento e inverte o balanço de carbono. Conduzem as palestras especialistas renomados na área como Alcides Torre, da Scot Consultoria, que vai falar da intensificação da produção e da sustentabilidade da pecuária brasileira; Yves Carfantan, da Agro-

brasconsult, que enfoca a **sustentabilidade** como prioritária para o varejo global (Nascimento, 2010:24).

[...] Para Alcides Torres, os promotores da Feicorte foram felizes ao escolher o tema geral do evento. “Dá a oportunidade de mostrar que não há nada mais sustentável que o modelo de produção rural brasileiro”, afirma (Nascimento, 2010:24).

Acompanhando este texto, na *Imagem 9*, de um rebanho de bois nas proximidades da mata, há ainda um peão “tocando” a boiada, uma das raras figuras humanas representadas em condições sociais menos favorecidas que os diretores já mencionados. Para Buitoni (2011:155) trata-se de “[uma] imagem representada, isto é, inscrita em um suporte de veiculação, [que] está diretamente relacionada aos conceitos representativos que são próprios daquele suporte”.

Considerações finais

O encarte especial da *Revista Globo Rural*, no que se refere à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável, partiu do senso comum, isto é, encontrar um ponto de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação da diversidade ambiental, sem comprometer o ambiente para as gerações futuras. Trata-se ainda de uma definição tão ampla e vaga que acaba por reforçar a crítica de alguns documentos internacionais, como o Nosso Futuro Comum – Relatório de Brundtland (1991:9), segundo o qual “o conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites. Não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia”.

Não negamos que há diferentes maneiras de se atingir essa sustentabilidade e esse desenvolvimento sustentável. Entretanto, esses termos são configurados por determinadas visões de diferentes mundos. Os conceitos identificados na *Revista Globo Rural* ora confirmam, ora negam a ideologia do capital, uma vez que

permeiam o conflito entre meio ambiente, esfera econômica, social e política no modelo atual de produção. A esfera econômica, normalmente sustentada no processo tecnológico, é tida como a responsável pela solução para os problemas ambientais, mas essa ideia não se confirma nas matérias analisadas.

Hoje a preservação ambiental é exigida como condição relevante para o sucesso de modelos de negócios. Se, por um lado, as empresas de comunicação, especialmente as voltadas para a sustentabilidade, lidam com a questão e mostram que ações estão adotando, por outro, o conceito aparece como modismo ou como campanha publicitária.

O encarte em análise manipula os conceitos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” para fomentar o lucro da editora. Ela também expõe os confrontos entre os diversos interesses, especialmente dos pecuaristas e do governo, uma vez que, como

vimos, não há consenso sobre o que de fato configura uma política sustentável voltada ao meio ambiente.

Isso sugere que não interessa à *Revista Globo Rural* que os conceitos sejam apreendidos imediatamente numa primeira leitura, hipótese reforçada pelas estratégias discursivas utilizadas, alternando implícito com explícito, e pelas imagens produzidas, que muitas vezes induzem o leitor a enxergar no pecuarista o empreendedor herói, prejudicado pelas leis de preservação ambiental.

O encarte em análise tampouco esclarece se empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ou se é a que protege (ou preserva) o meio ambiente e melhora a vida das pessoas. Mas ele tem o mérito de mostrar que as expressões “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” não podem mais ser ignoradas.

(artigo recebido fev.2013/ aprovado set.2013)

Referências

- ABREU, Miriam S. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 131.
- ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 26-103.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise de discurso**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2004, p. 9.
- BUITONI, D. S. **Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 58-155.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 9-53.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 47-81.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008, p. 82.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 87-92.
- MEADOWS, D. *et al.* **Os limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 82.
- NASCIMENTO, Sebastião. **Revista Globo Rural**. São Paulo: Ed. Globo. n. 20, p. 16-17-20-21-22-23-24, jun. 2010.
- REVISTA GLOBO RURAL. São Paulo: Ed. Globo, jun. 2010. Mensal. ISSN 0102-6178
- SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. de M; GUIMARÃES, L. B. **O desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 8.
- VEIGA, J. E. **Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento**. São Paulo: Autores Associados, 2010, p. 37.